

O desenvolvimento no espaço económico nacional

Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais

Ao debruçar-se sobre o tema em discussão neste Seminário - «25 de Abril, 10 anos depois», o MPMCI's considera importante realçar duas ideias: 1.^a - a generalidade do sector privado português é constituído por pequenas e médias empresas, já que a maioria das grandes empresas foram objecto de nacionalizações; 2.^a - a actual Constituição, reflectindo esta situação, define um espaço de livre exercício para a iniciativa privada, enquanto instrumento de progresso colectivo, em contraponto a sectores básicos constituídos pelas empresas nacionalizadas.

E é tendo como pano de fundo esta realidade objectiva que o MPMCI's analisa a problemática do desenvolvimento económico no espaço económico nacional existente.

O peso e a importância das pequenas e médias empresas, é efectivamente muito grande.

Em termos de dimensão, 70% dos estabelecimentos industriais são PME's. Neles trabalham cerca de 65% da mão-de-obra, concorrendo com 62% para o total do valor acrescentado bruto da indústria transformadora do nosso país.

É bom ter presente que os estabelecimentos com mais de 500 trabalhadores representam menos de 1% do total, 90% têm menos de 100 trabalhadores e 50% menos de 10 trabalhadores.

No capítulo do comércio por grosso e a retalho, que assegura a distribuição e circulação dos produtos na nossa economia, mais de 80% das empresas têm menos de 9 empregados e apenas 0,9% possuem mais de 100.

Esta pulverização evidente quer na indústria, quer no comércio, tem levado, a nosso ver precipitadamente e de forma incorrecta, à defesa, por parte de responsáveis da área económica, da modernização das estruturas económicas através de medidas conducentes ao desaparecimento por eliminação selvagem do grande número de entidades empresariais.

Este caminho, que tem sido sempre repudiado pelo MPMCI's e por muitas associações de comerciantes e industriais, significa no nosso entender um claro desvio das perspectivas abertas pelo espírito dos ideais do 25 de Abril e pelas transformações sócio económicas ocorridas posteriormente.

É que, se para a renovação e o desenvolvimento económico fosse este o caminho, então para os pequenos e médios empresários que diferença haveria relativamente ao período antes do 25 de Abril? Estarão eles fatalmente sujeitos à mesma sorte que tiveram os seus 10 000 colegas que faliram num curto espaço de 5 anos entre os dois inquéritos industriais promovidos pelo, INE em 1959 e 1964, e as dezenas de milhares de outros que tiveram a mesma sorte nos anos seguintes?

O MPMCI' s pensa que não e que também para se encontrar um outro caminho foi feito o 25 de Abril.

Poder-se-á, entretanto, questionar, e a pequena e média iniciativa privada vem-no fazendo, sobre as razões por que, dez anos decorridos, não foi possível ainda abrir essas novas perspectivas para o desenvolvimento económico, onde as PME's pudessem assumir um papel positivo para a reconstrução económica.

No entender do MPMCI's a causa deste atraso, que vem dificultando e deteriorando a própria actividade económica e a vida social do nosso país, não se encontra na coexistência de um sector público e de um sector privado, como alguns afirmam.

É conhecido o facto de que o funcionamento das empresas de pequena e média dimensão, estavam sujeitas à actividade das grandes empresas no campo produtivo e no campo dos serviços, e, mais do que sujeitas em termos de obtenção de matérias-primas e de encomendas e trabalho, elas encontravam-se objectivamente dependentes e submetidas, económica e financeiramente, à estratégia particular dos grandes grupos. E nem sempre eram coincidentes os interesses destes e das pequenas e médias empresas.

Para o MPMCI's a intervenção do Estado depois do 25 de Abril, nacionalizando esses grandes grupos, veio permitir introduzir um factor de correcção àquela situação atrás descrita, de tal forma que seja possível atribuir às grandes empresas dos sectores básicos um novo papel para a economia que atenda a dois objectivos centrais:

- conciliação e complementaridade das estratégias dessas empresas integradas no sector público e dos pequenos e médios empresários privados, de forma a que estes sobrevivam e cumpram a função que a Constituição lhes atribui;
- lançamento das bases do desenvolvimento económico de Portugal através de uma nova ordem económica no espaço nacional.

Na opinião do MPMCI's a reestruturação e modernização das estruturas produtivas e de distribuição só poderão resultar com benefícios para a economia nacional se respeitarem uma correcta articulação e racionalização entre o sector público e o sector privado e se forem postas ao serviço da constituição de uma nova ordem económica para o nosso país.

Estaremos todos de acordo que a letra D - de Desenvolver - não entrou ainda no abecedário da Revolução dos Cravos. Mais ainda; o facto da nossa sociedade não ter entrado no caminho do desenvolvimento faz com que reconhecidamente esteja a ser posta em perigo a concretização do primeiro D - Democratizar!

Toma-se, por isso, urgente, reencontrar as linhas que levem a esse desenvolvimento, que efectivamente passam por uma nova ordem económica.

O que pensa o MPMCI's do que deve ser uma nova ordem económica?

Para nós, pequenos e médios comerciantes e industriais, a N.O.E. pressupõe duas realidades sociais complementares: a melhoria do nosso nível de vida e a melhoria do nível de vida da população em geral.

Só poderemos alcançar a melhoria do nosso nível de vida se se desenvolver a produção e aumentarem as nossas vendas. Exactamente ao contrário do que está ocorrendo há alguns anos a esta parte!

E só aumentaremos as nossas vendas e crescerá a produção se subir o nível de vida dos portugueses. Exactamente ao contrário do que está ocorrendo há alguns anos a esta parte!

Para expandir a produção toma-se obviamente necessária uma nova política de investimentos e uma nova política de crédito, nas quais os pequenos e médios empresários sejam devidamente contemplados como parcela determinante que são na iniciativa privada portuguesa.

A economia nacional não pode, pois, prescindir dos pequenos e médios comerciantes e industriais, amplo estrato social da nossa população activa que ronda as 300 000 pessoas.

A sua adesão será tanto mais pronta e entusiasta quanto melhor e mais rapidamente se tomarem as orientações imprescindíveis à clarificação do papel dos diversos sectores económicos do país para uma nova ordem económica e se lhes garantam condições à sua participação activa e eficaz.

O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais